



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

Camila Miranda Silva

A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO:
Preservação da memória e história do povo indígena- Tenetehara
Guajajara a partir do patrimônio histórico de Grajaú-MA

Grajaú- MA

2025

CAMILA MIRANDA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Grajaú, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Grajaú-MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Camila Miranda.

A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO:
preservação da memória e história do povo indígena-
Tenetehara Guajajara a partir do patrimônio histórico
de Grajaú-Ma / Camila Miranda Silva. - 2025.

51 p.

Orientador(a): Mônica Ribeiro Moraes de Almeida.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2025.

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória Coletiva. 3.
Tenetehara Guajajara. 4. Grajaú-Ma. 5. Preservação.
I. Moraes de Almeida, Mônica Ribeiro. II. Título.

CAMILA MIRANDA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: Preservação da memória e história do povo indígena- Tenetehara Guajajara a partir do patrimônio histórico de Grajaú-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de Grajaú, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Aprovado em: 04 / 04 / 2025

Banca Examinadora

Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida –
Orientadora UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva -
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Rosimary Gomes Rocha
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida e por me amparar a cada passo desta jornada, por me conceder força, resiliência e sabedoria. Sua infinita bondade e amor me trouxeram até aqui, guiando-me nos momentos de desafios e conquistas.

Aos meus familiares, minha base, expresso minha profunda gratidão. Aos meus pais, Antônio Airton e Leni Vieira, por contribuírem imensamente para minha formação individual e acadêmica, pelo amor incondicional, afeto, cuidado, apoio e incentivo que sempre me ofereceram. Obrigada por me ensinarem valores que transcendem a formação acadêmica.

À minha irmã, Fabiana Miranda, que é também meu porto seguro, minha conselheira e um pilar essencial tanto na vida pessoal quanto acadêmica.

Com este trabalho, todas as minhas inseguranças vieram à tona, mas ao longo desta caminhada, tive o privilégio de contar com companheiros incríveis que compartilharam comigo cada desafio e conquista. Minha imensa gratidão aos meus grandes amigos Bianca Oliveira e Lucas Rabelo, que foram fundamentais nesta trajetória. Vocês foram minha força vital, meu suporte nos momentos mais difíceis e colaboradores essenciais para a construção deste trabalho. Meu sincero reconhecimento a vocês, amigos extraordinários, por cada palavra de incentivo, cada escuta atenta, cada gesto de apoio e por me potencializar.

À minha orientadora, Professora Doutora Mônica Ribeiro, que com paciência, dedicação e sabedoria, me guiou no processo desta escrita. Sei que minha escrita não foi um processo fácil, mas sua generosidade e escuta atenta, tornaram cada desafio mais leve e possível de superar, sua paciência e compreensão foram determinantes para que eu chegasse até aqui, tê-la como orientadora foi um privilégio. Meu mais sincero e profundo agradecimento a você, profissional e ser humano admirável.

Estendo minha gratidão à banca examinadora, por aceitar contribuir com meu trabalho, e que com certeza irá enriquecê-lo com seus olhares atentos e reflexões valiosas.

Aos entrevistados, pela disponibilidade, atenção e generosidade ao compartilharem suas experiências, contribuindo de forma essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma estiveram presentes nesta jornada, meu muito obrigada. Este trabalho é também um reflexo do apoio, incentivo e carinho que recebi ao longo do caminho.

“A memória é a consciência crítica, a ausência dessa memória deixa a gente refém de qualquer discurso manipulador. Ao invés de ouvirmos a mensagem e analisá-la criticamente, você adere a mensagem automaticamente no sentido afetivo, emocional. É assim que se faz manipulação de memória”.

Ailton Krenak

"Se pudesse desejar algo para mim, não desejaria riqueza nem poder, mas a paixão da possibilidade; desejaria apenas um olho que, eternamente jovem, ardesse de desejo de ver a possibilidade."

Kierkegaard, Der Augenblick

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre memória e patrimônio histórico, com foco na preservação da memória e história do povo indígena Tenetehara Guajajara a partir do patrimônio histórico de Grajaú-MA. Para tanto, busca-se discutir como o patrimônio cultural do município é preservado, quais ações são realizadas pela administração pública e como se dá a valorização dos povos indígenas e da cultura arquitetônica no processo de preservação do patrimônio. Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com observação etnográfica e entrevistas dialógicas realizadas com representantes da Secretaria de Cultura de Grajaú. A pesquisa também está baseada em análise documental e bibliográfica. Desse modo, através da pesquisa constatou-se que, apesar da existência de leis e diretrizes para a preservação do patrimônio, a falta de implementação efetiva dessas políticas e a ausência de participação da comunidade no processo de escolha, compreensão e valorização dos bens culturais fragilizam a memória coletiva e a identidade cultural da cidade. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de ações concretas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de Grajaú, visando fortalecer a identidade e a memória da cidade, dos grupos e lugares existentes.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória Coletiva; Tenetehara Guajajara; Grajaú-MA; Preservação.

ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate the relationship between memory and historical heritage, focusing on the preservation of the memory and history of the Tenetehara Guajajara Indigenous people through the historical heritage of Grajaú-MA. To this end, it seeks to discuss how the city's cultural heritage is preserved, what actions are carried out by the public administration, and how Indigenous peoples and architectural culture are valued in the heritage preservation process. The methodology used is qualitative, with ethnographic observation and dialogical interviews conducted with representatives of the Grajaú Department of Culture. The research is also based on documentary and bibliographic analysis. Through this investigation, it was found that, despite the existence of laws and guidelines for heritage preservation, the lack of effective implementation of these policies and the absence of community participation in the process of selecting, understanding, and valuing cultural assets weaken the city's collective memory and cultural identity. Additionally, the research highlights the need for concrete actions to preserve and promote the cultural heritage of Grajaú, aiming to strengthen the identity and memory of the city, its groups, and its historical sites.

Keywords: Cultural Heritage; Collective Memory; Tenetehara Guajajara; Grajaú-MA; Preservation.

LISTAS DE SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDB Movimento Democrático Brasileiro

SPHAN Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TIARG Terra Indígena Alto Rio Guamá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. Patrimônio cultural: identidade, memória e representação.....	20
3. História e cultura de Grajaú-MA: um olhar sobre a formação territorial e cultural.....	32
3.1 O povo Tenetehara e a cultura arquitetônica em Grajaú	34
4. Memória e patrimônio cultural em Grajaú.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), o patrimônio cultural representa a história de um grupo e pode ser classificado em bens materiais e imateriais. Nesse sentido, os bens materiais são tangíveis, como monumentos, sítios arqueológicos, enquanto os bens imateriais são ativos intangíveis, incluindo representações, costumes e danças populares. Assim, esses bens podem evocar o passado das pessoas e, portanto, possuem benefícios coletivos, transmitindo assim os eventos históricos às gerações futuras.

Além disso, o patrimônio material cultural, segundo o IPHAN (2014), é categorizado conforme os quatro Livros do Tombo, que abrangem os seguintes elementos: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

No mesmo contexto, a Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural por meio dos artigos 215 e 216, reconhecendo tanto os bens culturais tangíveis quanto os intangíveis, além de estabelecer instrumentos de preservação, como o registro e o inventário. Dessa maneira, o artigo 215 assegura que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e o incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais.

Por sua vez, segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro compreende bens materiais e imateriais que expressam a diversidade dos grupos sociais do país, ressaltando modos de vida, criações e manifestações que devem ser preservados como parte essencial da cultura nacional (BRASIL, 1988).

Com isso, a Constituição reafirma a importância da preservação do patrimônio cultural, reconhecendo sua diversidade e seu papel na construção da identidade nacional.

Nesse contexto, Corá (2014), propõe uma reflexão acerca do fato de que a política cultural no Brasil era um campo de estudo relativamente novo e pouco explorado na academia até a década de 2010. Isso se deve à falta de ênfase na

política cultural, uma vez que a cultura apenas começava a se tornar uma prioridade na agenda política do país.

Vale ressaltar que, embora existam políticas culturais no Brasil desde a década de 1930, o Ministério da Cultura só foi oficialmente instituído em 1985. Tal fato reflete uma certa defasagem na institucionalização e consolidação das políticas públicas voltadas para a cultura. Assim sendo, a criação do Ministério da Cultura em 1985 marcou um passo significativo para a formalização e maior visibilidade da política cultural, indicando um reconhecimento crescente da importância da cultura na esfera pública e governamental. (CORÁ, 2014).

Dessa forma, o atraso na institucionalização de políticas culturais e o reconhecimento tardio da cultura como uma prioridade na agenda política podem ter contribuído para o desenvolvimento mais lento e menos sistemático da pesquisa acadêmica sobre o tema. A partir de então, com o fortalecimento das políticas culturais e a maior valorização da cultura, a pesquisa acadêmica começou a acompanhar e refletir mais intensamente essas mudanças.

Conforme Mendes (2012), o patrimônio cultural é um elemento essencial para a compreensão de nossa identidade, origem e aspirações futuras. Ele argumenta que conhecer e valorizar esse patrimônio não é apenas um ato de preservação, mas também uma forma de orientar nossas reflexões sobre os valores que moldam nossa sociedade e os caminhos que desejamos trilhar. Essa perspectiva ressalta como o passado está intrinsecamente ligado ao presente e ao futuro, funcionando como um guia para escolhas conscientes sobre o mundo que queremos construir.

Um mundo, portanto, que está feito, no presente, de passado; e que, por conseguinte, não é inteligível sem a viva presença, nele, do pretérito que o gerou. Se aspiramos, pois, a entender a realidade atual, temos de aceitar o passado que a produziu e nela permanece atuante; temos, em suma, de adquirir consciência histórica. (MENDES, 2012, p.15)

Isto é, o presente é inseparável do passado que o formou. A realidade atual só pode ser plenamente compreendida quando reconhecemos a influência contínua do passado que ainda atua sobre ela. Esse reconhecimento implica a necessidade de adquirir consciência histórica, ou seja, entender como os eventos, valores e contextos passados moldaram o mundo contemporâneo. Pois, somente ao aceitar e refletir

sobre o passado, podemos interpretar a realidade de maneira crítica e responsável, usando esse entendimento para orientar nossas decisões e ações no presente e no futuro.

Assim, como afirma Mendes, “o patrimônio cultural é para a sociedade, o que a memória individual é para o indivíduo: essencial para manter a identidade e a consciência do que se é.” (MENDES,2012, p. 17).

Em complemento a essa visão, Menezes (1984, p.185) destaca que,

Exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tão pouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação e desenvolvimento que torna legível o fluxo dos acontecimentos. (MENEZES,1984, p.185).

Sob essa perspectiva, a memória é um dos pilares que sustentam a identidade cultural de um povo. Assim, quando olhamos para a história, percebemos que cada tradição, cada festa, cada história contada por nossos antepassados carrega consigo um pedaço de quem somos. Por isso, em um mundo globalizado, onde culturas se misturam, é fundamental que não esqueçamos nossas raízes. Desse modo, a preservação da memória cultural é um ato de resistência e afirmação da nossa identidade. Ao valorizar as memórias, estamos também respeitando a diversidade que nos cerca.

Nessa linha de pensamento, Teodoro (1987), afirma que falar de cultura e de sua preservação significa discutir direitos fundamentais. Isso porque, os grupos culturais ou sociais devem estar representados proporcionalmente em todas as esferas da organização social, incluindo educação, trabalho e meios de comunicação. Com efeito, a cultura, assim como a educação, é um meio de expressão, reconhecimento e afirmação de identidade.

Consequentemente, a cultura não é apenas um elemento simbólico, mas é também um direito essencial que garante representatividade. Ela se transforma e se reconstrói continuamente, influenciada pelo contexto histórico, político e social. No

entanto, para que essa transformação não leve ao apagamento ou a exclusão de determinadas identidades, é fundamental que haja espaços de representação e valorização da diversidade cultural.

Ainda nesse sentido, Dos Santos (2020, p.68) argumenta que a preservação, quando realizada de maneira isolada e sem conexão com um propósito claro, perde seu significado e se torna um ato de descaso, um “peso morto” desprovido de compromisso real.

Dessa forma, preservar não se resume apenas à conservação, mas representa um instrumento de cidadania, um ato com implicações políticas e potencial transformador. Nesse sentido, a preservação deve permitir que os indivíduos se apropriem do patrimônio cultural de forma plena, incentivando seu uso ativo, explorando suas possibilidades e promovendo a interação entre a sociedade e seus bens culturais, assegurando, assim, sua continuidade. Esse processo é fundamental para que o patrimônio não se torne algo distante, mas sim uma ferramenta de construção identitária e cidadã.

Observa-se, ao pesquisar a memória de Grajaú, que há uma grande carência de acervos, registros e arquivos da memória da cidade, além da falta de políticas públicas referentes à preservação e conservação do patrimônio. Como consequência, essa inexistência causa um déficit de identificação simbólica que enfraquece a representação e a construção da identidade do povo e da cidade.

Diante desse cenário, a preservação da memória e do patrimônio torna-se fundamental para a construção e manutenção da identidade cultural da comunidade, especialmente em contextos onde a história e as tradições de grupos minoritários, como os povos indígenas, correm o risco de serem marginalizadas ou esquecidas. Particularmente em Grajaú, a presença do povo Tenetehara Guajajara e a cultura arquitetônica da cidade representam elementos essenciais para a compreensão da história local e da formação da identidade cultural da região.

Por conseguinte, a preservação do patrimônio cultural de Grajaú é fundamental para fortalecer o senso de pertencimento e a coesão social da população, pois a valorização da memória e das tradições locais contribui para o reconhecimento e o

respeito às diferentes culturas existentes na cidade, promovendo a inclusão social e a diversidade cultural. Ademais, a preservação do patrimônio indígena Tenetehara Guajajara é uma forma de reparação histórica, reconhecendo a importância dos povos indígenas na formação da identidade nacional, regional e/ou local.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como questão norteadora: Como se dá o processo de preservação do patrimônio cultural no município de Grajaú, considerando as manifestações culturais locais, a presença dos povos indígenas e a atuação das políticas públicas?

Partindo dessa premissa, tem como objetivo geral investigar a relação entre memória e patrimônio histórico, com foco na preservação da memória e história do povo indígena Tenetehara Guajajara a partir do patrimônio histórico de Grajaú-MA. Além disso, busca compreender os desafios enfrentados na preservação da memória cultural da cidade; bem como compreender se há legitimação de uma cultura sobre a outra por meio das relações de poder; analisar se há presença efetiva de políticas públicas para a preservação desse patrimônio, como ele é preservado e a partir de quais critérios esse patrimônio é escolhido.

Quanto à metodologia, esta pesquisa segue a abordagem qualitativa, que conforme Gerhardt e Silveira (2009), esta “não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Nesse sentido, para dar fundamento a esta pesquisa, são utilizados como principais autores, Maurice Halbwachs (1990), que desenvolve o conceito de memória coletiva argumentando que nossas lembranças são moldadas pelas interações sociais e pelo grupo ao qual pertencemos, destacando a importância do patrimônio e dos monumentos para a construção da memória coletiva e Pierre Nora (1984), que introduz a ideia de “lugares de memória”, como símbolos e práticas culturais que ajudam a manter viva a identidade coletiva.

Ademais, a estratégia metodológica incluiu análise de documentos como plano diretor da cidade de Grajaú, sob a lei municipal Nº 075/2008; Lei 11.960/23 que reconhece a Festa do Moqueado ou Festa da Menina Moça como patrimônio cultural

e imaterial do Maranhão, assim como observação etnográfica dos bens materiais citados e a entrevista através do encontro e diálogo entre o entrevistador e o interlocutor. As entrevistas foram realizadas com os representantes da secretaria de cultura de Grajaú: a secretária de cultura Sofia Duarte e demais representantes da secretaria de cultura: Rodrigo Nascimento, Mariana Oliveira, Felipe Monteiro, mestre de cultura Caio Mendes, Clara Vasconcelos e Rogério Viana.

Importante destacar que, para preservar a privacidade dos entrevistados, todos os nomes mencionados são fictícios. Essa escolha foi realizada de acordo com os princípios éticos estabelecidos pelas diretrizes da pesquisa acadêmica, garantindo o sigilo das informações pessoais e o respeito à privacidade dos participantes.

Por fim, o trabalho está estruturado em cinco seções representadas a seguir:

Seção 2. Tem como título patrimônio cultural: identidade, memória e representação, na qual são abordados os conceitos de patrimônio cultural, cultura, cultura autêntica, memória coletiva, memória individual, e o que é considerado patrimônio de acordo com o Instituto do patrimônio histórico artístico nacional - (IPHAN).

Seção 3. Que está intitulado como, História e cultura de Grajaú -MA: um olhar sobre a formação territorial e cultural, abordando a história da cidade de Grajaú desde a sua colonização, assim como a cultura Tenetehara, e a cultura arquitetônica da cidade.

Seção 4. Que possui como título, memória e patrimônio cultural em Grajaú, trata da importância da memória e do patrimônio como instrumentos de cidadania, identidade cultural e preservação de bens materiais e imateriais. Focado na cidade de Grajaú - MA, esta seção traz um mapeamento do que é considerado como patrimônio na cidade a partir da perspectiva da secretaria de cultura do município, explora os desafios enfrentados na proteção do patrimônio local devido à ausência de uma legislação específica de tombamento e à falta de critérios claros para a escolha e mapeamento de bens culturais e patrimoniais. Esta seção destaca ainda, a relação entre o plano diretor municipal e a valorização cultural, apontando a falta de

implementação prática das diretrizes, especialmente no que diz respeito à proteção de bens materiais e imateriais.

Seção 5. Apresenta todos os processos que foram discutidos, destacando a relevância deste trabalho, assim como a importância de um olhar para as memórias do lugar analisado, citando as possíveis consequências quando há falta de políticas públicas efetivas.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL: IDENTIDADE, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal brasileira de 1988, constituem como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Sendo esta portanto uma alteração da constituição a partir do decreto Nº 25 de 30 de novembro de 1937. (BRASIL,1988).

Neste contexto, é importante destacar que o Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado na década de 1930, e seu sucessor, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desempenham um papel crucial na preservação da cultura brasileira. Inicialmente, a ênfase estava na proteção do patrimônio material, como edificações e artefatos históricos. No entanto, ao longo do tempo, houve uma ampliação do foco para incluir o patrimônio imaterial (IPHAN, [s.d.]).

Alinhada a essa evolução, a autora Corá (2014), enfatiza que o IPHAN tem se dedicado à preservação e valorização dos patrimônios imateriais, que incluem manifestações da cultura popular, saberes tradicionais, celebrações e modos de fazer que são fundamentais para a identidade cultural brasileira. Essa mudança de abordagem reflete uma compreensão mais ampla da diversidade cultural do país e da importância de reconhecer e proteger as práticas e conhecimentos que contribuem para a riqueza cultural nacional.

Dessa forma, a integração dos patrimônios imateriais no trabalho do IPHAN é essencial para garantir que as tradições e práticas culturais que não estão necessariamente representadas em objetos físicos também sejam preservadas e valorizadas. Isso reforça a necessidade de uma abordagem inclusiva e multifacetada na preservação cultural, reconhecendo que a cultura é composta tanto por elementos tangíveis quanto intangíveis, e que ambos são fundamentais para a identidade nacional.

Além disso, o patrimônio cultural deve ser compreendido como fator essencial na construção da identidade. Assim, torna-se necessário resgatar o conceito de proteção da propriedade cultural, que surge para proteger o patrimônio e prevenir danos causados pelo tempo, por ações naturais ou antrópicas.

De acordo com Fonseca (1997), uma política de preservação ultrapassa a noção de proteção de bens, traz para o debate questionamentos sobre o que se configura um patrimônio, a escolha de um bem e a sua proteção, além de estabelecer quem são os responsáveis por esse processo.

A esse respeito, Gonçalves (2007) argumenta que:

[...] Os discursos do patrimônio se articulam enquanto narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, os lugares e os objetos que testemunharam esses acontecimentos. Os que narram essa história o fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cuja memória e identidade são representadas pelo patrimônio [...] (GONÇALVES, 2007, p. 141).

Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser compreendido como toda manifestação e relação social baseada nos diversos modos de vida, e experiências que são reconhecidas como importância histórica e adquirem um valor representativo.

De Castro e Magalhães reforçam essa ideia ao afirmar que “[...] os espaços urbanos em sua construção histórica obedecem a princípios classificatórios não apenas de ordem estética, mas também ideológica – externalizam valores daqueles que os constroem – assinalados no patrimônio cultural e histórico [...]”, (DE CASTRO; MAGALHÃES, 2020, p. 124).

No entanto, é fundamental reconhecer que a construção desses espaços também pode dividir e rotular, estabelecendo uma política de patrimônio que por vezes, esconde e silencia narrativas essenciais para a identidade representativa de um povo ou espaço. Além disso, as múltiplas identidades da cultura expressam por meio de símbolos sua significação coletiva, trazendo sentido e representação. Contudo, a hegemonia do Estado impõe quais dessas identidades possuem uma significação a fim de satisfazer suas necessidades ideológicas.

Em sua análise sobre memória coletiva, Maurice Halbwachs (1968), enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória que são analisados por Pierre Nora (1989), o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias.

Na visão de Pierre Nora, "lugares de memória" são elementos culturais e simbólicos que desempenham um papel crucial na construção e preservação da memória coletiva de uma sociedade. Nora argumenta que esses lugares se tornam pontos de referência essenciais quando a memória vivida começa a desaparecer ou a se transformar. Eles servem para reforçar a identidade coletiva e manter viva a conexão com o passado.

Segundo Nora (1989), um lugar de memória pode ser tanto um espaço físico, como um monumento ou um campo de batalha, quanto um elemento mais abstrato, como uma cerimônia, um documento ou uma tradição. Esses lugares desempenham a função de ajudar a sociedade a relembrar e refletir sobre eventos, figuras e valores significativos.

Em resumo, os "lugares de memória" são construídos e conservados para assegurar que a memória histórica e a identidade cultural continuem a ter significado e relevância em um contexto em que a experiência direta do passado se torna cada vez mais distante.

Nesse sentido, Halbwachs (1990), analisa a memória sob duas perspectivas, a memória coletiva e a individual. Para ele, as nossas memórias permanecem coletivas mesmo que se tratem de momentos que só nós estejamos envolvidos, ou de objetos que só nós vimos, porque na realidade nunca estamos sós, mesmo que outras pessoas não estejam presentes materialmente, pois temos em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem, que chegam a nós por exemplo, através de objetos, símbolos e arquiteturas que contenham a história de uma cidade.

Assim sendo, para que as memórias individuais possam ser úteis e interconectadas com as de outros, elas precisam não apenas de depoimentos, mas também de um alinhamento contínuo e uma base de contexto comum. Ou seja, as memórias não são isoladas, mas interdependentes e devem compartilhar pontos de referência e contexto para que possam ser efetivamente reconstruídas e compreendidas em conjunto. Além disso, Halbwachs (1990), argumenta que a memória coletiva é formada e sustentada por uma rede de lembranças e acordos sociais que reforçam e validam essas recordações em um sentido mais amplo.

Assim, Halbwachs (1990), afirma que, embora se tenha a impressão de que determinadas experiências sejam vividas de forma individual, elas estão profundamente marcadas pelo contexto social. Mesmo quando se acredita estar só, como ao observar uma obra de arte, a percepção é influenciada pelas referências coletivas que envolvem o processo criativo e a percepção da obra.

Contudo, a memória coletiva, é socialmente construída e compartilhada dentro de grupos sociais específicos, como família, comunidades e culturas. Portanto, as lembranças individuais são influenciadas e moldadas pelas lembranças coletivas compartilhadas por esses grupos. Ou seja, é perpetuada e modificada ao longo do tempo através dos processos sociais e culturais.

Assim, para que a nossa memória se auxilie com as dos outros, não bastam que nos tragam depoimentos, é necessário ainda que ele não tenha cessado de concordar com suas memórias e que hajam bastantes pontos de contexto entre uma e outra para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, P.34).

Em decorrência disto, se uma pessoa se afasta de um grupo, gera o que ele nomeia como esquecimento pelo desapego, pois pode esquecer certas experiências compartilhadas, visto que a memória é mantida e reforçada através de interações sociais dentro do grupo. Assim, este afastamento pode ser entendido como a causa de esquecimento de algumas memórias, como por exemplo, as memórias de uma cidade que não são preservadas, isso vai gerando o afastamento do povo de sua própria história e identidade cultural.

Nesse sentido, a conexão emocional compartilhada entre os membros de uma comunidade contribui para a preservação e transmissão de lembranças coletivas ao longo do tempo. Esses laços afetivos fortalecem a coesão social e, também, moldam a identidade coletiva de um grupo. Pois, para que as memórias pessoais possam ser resgatadas e compartilhadas de maneira coerente, é fundamental que haja uma concordância e um contexto compartilhado entre os relatos dos indivíduos.

Portanto, Halbwachs (1990) sugere que a memória coletiva se forma e se solidifica não apenas através da simples troca de depoimentos, mas também pela constante interação e validação das lembranças entre os membros de um grupo. Dessa forma, quando há uma base comum de contexto, essas lembranças individuais

se integram e se reforçam mutuamente, permitindo a reconstrução de uma memória coletiva mais estável e confiável.”

Nesse sentido, a memória é um fenômeno social que se constrói através da interação e do consenso dentro de um grupo, e não apenas uma experiência isolada e pessoal.

No entanto, a memória coletiva não explicaria todas as nossas lembranças, mas em meio as lembranças coletivas, pode haver uma memória individual encoberta.

Desse modo, podemos afirmar que:

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual- que para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social- admitiremos que se chame intuição sensível. (HALBWACHS,1990, p.37).

Diante disso, os lugares de memória são as representações do que foi vivido em determinado espaço tempo, que permite que através da memória retornemos a uma vivência, que pode regressar como lembrança através de um aroma, de uma imagem, ou outras formas de representações.

Por conseguinte, a memória é moldada e limitada pelas influências do grupo social ao qual se pertence. Ou seja, nossas lembranças pessoais são intermediadas e até mesmo limitadas pelas lembranças e valores compartilhados em grupo. Essa ideia implica que a memória coletiva pode exercer uma forte influência sobre a memória individual, mas também pode haver momentos em que a memória individual diverge da memória coletiva. As nossas lembranças, até mesmo as mais individuais, são explicadas pelas mudanças produzidas em nossas relações com os diversos meios coletivos. Todavia, ao tentar explicar essa diversidade voltamos sempre à natureza social.

Dessa maneira, a memória individual não está inteiramente fechada e isolada. Isso porque, para evocar lembranças pessoais, há necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Assim, para Halbwachs, a relação entre memória coletiva e individual, se dá de maneira simbólica e simbiótica, visto que a memória é moldada e limitada pelas influências do grupo social ao qual se pertence.

Nesse sentido, conforme Halbwachs (1990):

Acontece com muita frequência que nós atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Ou seja, criamos em nós uma dependência do coletivo, pois necessitamos dele para criarmos o eu individual, e assim termos noção de que o que foi criado em grupo possui sua importância pela experiência coletiva. Dessa maneira, podemos situar a aventura pessoal da memória, a sucessão dos eventos individuais, do qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos.

Contudo, estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente na análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. Para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

A cultura, portanto, desempenha um papel importante no meio social, atribui valor e influência, pois é através dela que diferentes saberes são constituídos e discutidos, é o meio para a aprendizagem das diversas formas de vida e costume dos diferentes grupos existentes no mundo. Nos permite buscar compreender a forma de vida do outro ser diferente da nossa e respeitar. Portanto, surge a necessidade de buscar entender quais os desafios da preservação da cultura na cidade, e quais os desafios para sua valorização.

Nesse contexto, a relação entre memória e cultura ganha destaque, ao passo que ambas se entrelaçam na constituição das identidades sociais e na valorização dos saberes coletivos. Diante dessa perspectiva, conforme Nora (1993):

[...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações sociais. [...] A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da

lembança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências, e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.20-21).

Assim, a memória é um meio essencial de revitalização das experiências, de ascensão de grupos sociais excluídos e oprimidos, que através dela, constroem e apropriam-se dos espaços para reacender as experiências e referências individuais ou coletivas, e que não é estática.

Dessa maneira, a memória desempenha um papel importante na sociedade tanto no âmbito social, quanto político e econômico. Por isso, é também utilizada como forma de repressão entre grupos dominadores e minorias, ou como é descrito por Pollak (1989) em seu artigo memória, esquecimento e silêncio:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p.5).

Isso contribui para a compreensão de que o silêncio sobre o passado não significa esquecimento, mas, pelo contrário, constitui uma forma de resistência diante de discursos oficiais que buscam impor uma narrativa hegemônica. Nesse sentido, em contextos de repressão ou censura, a sociedade, embora impotente para confrontar diretamente essas versões oficiais, encontra no silêncio uma estratégia de preservação dessas memórias. Assim, esse silêncio pode ser compreendido como uma resistência passiva, por meio da qual memórias são cuidadosamente resguardadas e transmitidas em círculos íntimos, como redes familiares e de amizades.

Ademais, Pollak sugere que essas lembranças não apenas persistem no tempo, mas também aguardam momentos propícios para emergir publicamente, especialmente em períodos de mudança política e ideológica. Dessa forma, a memória coletiva não é estática, mas sim dinâmica e sensível às conjunturas sociais e históricas.

Embora, na maioria das vezes, esteja ligada a fenômenos de dominação, a relação entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. Ou seja, o processo de dominação da cultura considerada

padrão acaba silenciando ou inferiorizando as demais dentro do meio social.” (POLLAK, 1989, p. 05).

Pollak evidencia como esse fenômeno se manifesta, de maneira mais presente na interação entre grupos minoritários e a sociedade dominante. Dessa forma, a imposição de uma cultura hegemônica não apenas marginaliza as memórias, mas também as silencia ou as coloca em posição de inferioridade no meio social, revelando a complexidade da construção da memória coletiva, que não se dá de maneira neutra, mas por meio de disputas simbólicas e relações de poder. As narrativas consideradas oficiais costumam ser impostas como únicas e legítimas, as memórias que pertencem a grupos marginalizados historicamente e socialmente, são colocadas em segundo plano, levadas ao esquecimento ou à invisibilidade. No entanto, muitas vezes essas memórias ainda assim encontram maneiras de resistir e reivindicar seu lugar na história.

De acordo com o IPHAN, bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. (IPHAN 2023).

Assim, o patrimônio possui dimensões diversas, que são importantes para a construção de um espaço ou povo, que oferecem significados para a construção de um coletivo ou indivíduo, concedendo a possibilidade de novos sentidos, de enfrentamento de processos de imposição e exclusão. A visão de patrimônio pode estar presente no que se refere a um patrimônio cultural, por meio das manifestações populares, tradições materiais e imateriais que possuem significações individuais ou coletivas, buscando restabelecer espaços ou memórias.

Nesse contexto, Gonçalves (2005) aborda o conceito de patrimônio como potencialidade para compreensão da vida social e cultural. Sugerindo que alguns aspectos da cultura sejam pensados mediante algumas categorias específicas, que seriam: ressonância, materialidade e subjetividade. Evidenciando patrimônio e seus plurais significados:

[...] Nos últimos anos venho estudando sistematicamente a categoria “patrimônio”, distinguindo os diversos significados que ela pode assumir em suas variações no tempo e no espaço. Focalizando seus usos sociais e

simbólicos, tenho problematizado as noções modernas de “patrimônio cultural”, mostrando situações que se caracterizam pela inserção do patrimônio em totalidades cósmicas e morais, onde suas fronteiras são bem pouco delimitadas. Tenho sublinhado ainda que os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. [...]. (GONÇALVES, 2005, p.16).

Nesse sentido, o patrimônio desempenha o papel de eliminar as ambiguidades, no intuito de obter a delimitação de fronteiras para a representação de memórias e identidades. Contudo, a eliminação dessa ambiguidade pode colocar em risco o poder de repercussão e reflexão, ou seja, o poder de ressonância.

Com base nessa perspectiva, Hall (1997) argumenta que a cultura não se resume a um conjunto de práticas e produtos simbólicos, mas é também um sistema de significados que constitui a visão de um indivíduo sobre o mundo e sobre si mesmo. A identidade, portanto, não é algo fixo ou essencial, mas sim constituída por meio de processos de representação. Identidades são construídas no discurso por meio de significados culturais e sistemas de pertencimento, como gênero, raça, etnia ou classe. Essa perspectiva rompe com as visões iluministas sobre a natureza e a estabilidade do “eu” e muda o foco para a diversidade e fluidez de identidades possíveis.

Além disso, Hall enfatiza que, na tradição althusseriana, o discurso cultural desempenha um papel decisivo na formação da subjetividade por meio do mecanismo de interpelação. As pessoas se reconhecem em determinadas representações e se identificam com as posições subjetivas propostas pela cultura, o que mostra que a identidade é resultado de um processo de mediação simbólica e não uma expressão direta da essência do indivíduo.

Assim, as representações não apenas refletem o significado, mas também geram significado. Por exemplo, ao discutir a imagem simbólica da “britanidade”, Hall revela como o discurso nacional pode incluir e excluir sujeitos sociais, mobilizando assim o poder simbólico da cultura para legitimar narrativas hegemônicas ou questioná-las. Portanto, a “política identitária” tornou-se um campo de disputa por visibilidade, reconhecimento e pertencimento, e tornou-se a base dos movimentos sociais contemporâneos, pois funcionam como dispositivos simbólicos que podem atribuir aos indivíduos posições sociais e identidades específicas. Assim, representar

é também exercer poder: é dizer quem pode ser lembrado, quais narrativas serão contadas e quais elementos culturais serão elevados à condição de patrimônio.

“Com o intuito de articular memórias e expressar identidades diante dos modernos discursos de patrimônio cultural, as famílias, grupos e nações têm dado ênfase ao caráter “construído” ou “inventados” (GONÇALVES 2005, p.19).”

Por outro lado, o acesso ao patrimônio, ao passado, não depende inteiramente de um processo consciente de construção no presente, parte também do acaso e está ligado à nossa rebeldia, nossas práticas e representações. O que significa que não necessariamente pode-se obter sucesso na construção de memórias coletivas ou individuais.

Dessa forma, a importância dos objetos materiais e das técnicas de um povo, para sua identidade, possui uma funcionalidade simbólica. Os objetos materiais e corporais podem ser considerados como essência da vida social e cultural que existem porque são usados em situações sociais e existenciais, e que são fundamentais para a vida cotidiana. As diversas funcionalidades da rede no período colonial, por exemplo, fazendo-se presente no ciclo de vida dos indivíduos, vinculada também aos corpos e seus usuários.

O objeto material extremamente utilizado nas mais diversas atividades, expressa também a distinção social. Ou seja, o objeto como meio de estudo de divisão social e representação física e moral.

Para Gonçalves (2005), um aspecto relevante a ser destacado é que o conceito de patrimônio tradicionalmente esteve associado à materialidade. Essa associação é tão forte que, nos debates contemporâneos, foi necessário criar a categoria do “imaterial” ou “intangível” para abarcar formas de patrimônio que não se enquadram em definições convencionais, restritas a monumentos, edifícios, espaços urbanos, objetos, entre outros. [...] A utilização analítica da categoria “patrimônio” nas teorias antropológicas pode oferecer uma contribuição significativa ao destacar a materialidade da cultura. Não é possível discutir patrimônio sem considerar sua dimensão material. No entanto, é crucial reconhecer que se trata de uma categoria ambígua, que transita entre o material e o imaterial, integrando ambas as dimensões em sua constituição [...] (GONÇALVES, 2005, p. 21).

Em suma, a reflexão proposta por Gonçalves (2005), ressalta a importância de se adotar uma perspectiva integrada e crítica ao discutir patrimônio, reconhecendo sua dualidade e sua capacidade de articular passado, presente e futuro, apontando uma compreensão mais profunda e abrangente das dinâmicas culturais.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é representado pela história de um grupo e podem ser materiais ou não físicos. Bens materiais são tangíveis, como monumentos, sítios arqueológicos, etc.; e os bens imateriais são ativos intangíveis, como representações, costumes e danças populares. Esses bens podem evocar o passado das pessoas e, portanto, possuem benefícios coletivos, transmitindo assim o evento às gerações futuras.

Edward Sapir (2012), aborda o conceito de cultura autêntica, para ele a cultura autêntica não é nobre ou baixa; é apenas essencialmente harmoniosa, equilibrada de acordo com seus próprios requisitos. É uma atitude rica e diversa, mas em certa medida unificada e coerente, atitude que vê o sentido de qualquer elemento da civilização em relação a todos os outros. Idealmente, nesta cultura nada é espiritualmente sem sentido e nenhuma parte importante da função geral traz uma espécie de frustração ou esforços inúteis e discordantes.

Se a cultura tem necessidade da escravidão, ela francamente o admite; se ela abomina a escravidão, encontrará meios de realizar ajustes econômicos que cancelem a necessidade de seu emprego. Ela não ostenta seus ideais éticos de uma oposição intransigente à escravidão apenas para implementar algo que equivalha a um sistema de escravidão em certas partes de seu mecanismo industrial. Ou, se ela construir templos magníficos, ela o fará porque sente a necessidade de simbolizar em belas construções um impulso religioso vital e profundo; se ela estiver disposta a desfazer-se da religião institucionalizada, estará disposta também a dispensar os prédios da religião institucionalizada. Ela não fica embaraçada quando um apelo direto é feito à sua consciência religiosa, para então reparar a situação doando furtivamente alguns dólares para o sustento de alguma missão africana.” (EDWARD SAPIR, 2012, p.42).

Portanto deve ficar claro que esse ideal de cultura autêntica, não está necessariamente ligado ao que chamamos de eficiência. Uma sociedade pode ser muito eficiente de certa forma, suas atividades podem ser cuidadosamente planejadas, mas ainda assim, podem ser um organismo inferior enquanto portador de cultura.

A cultura autêntica se recusa a tratar os indivíduos como meras engrenagens, porque uma entidade cuja única razão de existência é a obediência a um propósito coletivo, e o propósito é desconhecido ou tem apenas um propósito distante relacionado aos seus interesses e ambições. As atividades principais do indivíduo devem satisfazer diretamente a própria criatividade e impulso emocional, e nunca devem ser apenas um meio para um fim. Esta grande falácia cultural do industrialismo

se desenvolveu até hoje, com o propósito de nos entregar a máquina, que não soube como evitar a dependência da grande maioria das pessoas às suas máquinas. Operadores que dedicam suas habilidades a maior parte do dia a executar rotinas técnicas, que podem ser considerados de alto valor e eficiência, mas não podem atender a nenhuma de suas necessidades espiritualmente, o que representa um terrível sacrifício à civilização.

Tal cultura não pode ser definida como a soma de fins abstratos desejados, ou seja, um mecanismo. Deve ser considerado como o crescimento vigoroso da planta, suas folhas e a seiva das raízes nutrirá organicamente os ramos mais remotos. Esse crescimento não é apenas uma metáfora para o grupo, mas é também cabível para o sujeito em particular. Uma cultura que não se baseia em interesses do desejo central do portador, mas a partir de fins gerais rumo aos indivíduos, esta é uma cultura externa. A cultura autêntica é interna e opera desde o indivíduo rumo aos fins (SAPIR,2012).

Desse modo, a cultura autêntica consiste numa significação de um elemento em relação a todos os outros, formas da vida coletiva pensadas a partir de experiências individuais, a soma de finalidades. Portanto, o que o autor pretende enfatizar é que o conceito de "cultura autêntica" é útil como ferramenta conceitual que pode interromper todos os processos de definição e objetificação de formas culturais.

3.HISTÓRIA E CULTURA DE GRAJAÚ-MA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL E CULTURAL

O município de Grajaú está situado no centro sul do Estado do Maranhão, com uma população de 73.872 habitantes (IBGE, 2022). A história do sul do maranhão está em total consonância com a história do Brasil, a luta das minorias indígenas, povos que já se encontravam nestas terras antes mesmo que as províncias de outros países explorassem o Brasil e seus sertões, os povos originários já habitavam diversas regiões e cidades do país.

Neste contexto, a história de Grajaú não é diferente. O sul do estado foi ocupado por agricultores, fazendeiros e vaqueiros, cujo interesse estava na fertilidade das terras Grajauenses tanto para a agricultura quanto para a criação de gado. A chegada desses grupos alterou significativamente a dinâmica da região, impulsionando a ocupação territorial e a exploração dos recursos naturais.

Além disso, como destaca Pacheco Filho (2016):

A conquista e ocupação espacial, para fins de colonização da região sul da capitania do maranhão foi “facilitada” pela excelência de sua bacia hidrográfica, que irrigou uma grande quantidade de seus pastos, proporcionando a sustentabilidade das fazendas ali instaladas. Os rios se tornaram verdadeiras estradas de águas, atraindo a penetração e a exploração de um vasto território desconhecido da coroa portuguesa. Através deles ali chegaram fazendeiros, vaqueiros, escravos, negros forros, desocupados e aventureiros (PACHÊCO FILHO, 2016. p. 40).

Por certo, a narrativa que o povo grajauense conhece é esta, contada e reproduzida até os dias atuais, na qual o protagonista da história é o colonizador. Pouco se fala na resistência e luta dos povos indígenas e negros para a sua construção histórica, social e econômica.

A procura de territórios férteis e que fossem propícios à criação de gado, os agricultores povoaram o sul do maranhão, e foi a partir dessa busca que muitos produtores de gado vizinhos do estado se organizaram para a fundação de uma nova região denominada de Pastos Bons, região esta que serviu de ponto estratégico para a colonização do interior maranhense.

Segundo Pachêco Filho (2016), a ocupação da região sul do Maranhão ocorreu de maneira gradual, com os colonizadores avançando progressivamente e

estabelecendo moradias de forma rudimentar e precária. Inicialmente, os principais ocupantes eram agricultores, que buscavam a fertilidade das terras para o cultivo e a disponibilidade de pastagens para a criação de gado. A permanência desses grupos no território esteve diretamente relacionada à superação da resistência indígena, o que possibilitou a consolidação da ocupação. Assim, a região, antes desconhecida, foi sendo gradualmente desbravada e integrada ao domínio colonial.

Nesse contexto, as expedições em busca de novas terras férteis e ricas em recursos hídricos para a criação de fazendas de gado e o estabelecimento de vilarejos comerciais levaram Alferes Antônio Francisco dos Reis a explorar o rio Grajaú até sua fonte. Em 29 de abril de 1811, ele e seus 40 companheiros, entre civis e militares, fixaram-se à margem direita, onde fundaram a fazenda Porto da Chapada, a atual cidade de Grajaú.

Corroborando esse processo de ocupação, Coutinho relata que:

O fundador, com numeroso séquito, começou a sua jornada da fazenda Capote, situada na região de Pastos Bons, sul, para os lados do Riachão, na alta ribeira do Mearim, em companhia de familiares, guias, indígenas, poucos escravos e homens, mulheres e crianças feitos da mesma fibra e verne do seu regulo. (COUTINHO, p. 44, 2006).

Resumindo, a história do nosso país é marcada pela invasão de territórios e pela exploração de recursos naturais dos lugares, além da exploração da força física dos nativos, extermínio de diversos povos e etnias indígenas, que historicamente são estereotipados de selvagens e violentos enquanto os colonizadores são representados como os desbravadores.

Desse modo, a cidade de Grajaú - MA possui diversidade cultural com a presença de povos indígenas da etnia *Tenete'hara*, uma comunidade quilombola (Santo Antônio dos pretos), personagens, lugares, artistas, culinária e uma cultura arquitetônica com valor histórico. Consequentemente, é de suma importância para o indivíduo a preservação e valorização da cultura e memória dos povos grajauenses, para que essa e as futuras gerações possam ter acesso ao conhecimento apresentado nas diversas formas culturais, sejam elas simbólicas ou não, bem como a afirmação da identidade cultural do povo que aqui reside.

3.1 O POVO TENETEHARA E A CULTURA ARQUITETÔNICA EM GRAJAÚ

De acordo com Diniz (1994), a primeira tentativa de colonização do Maranhão pelos portugueses em 1553 não foi bem sucedida. Essa falha inicial destaca os desafios enfrentados pelos europeus em suas empreitadas coloniais na América do Sul, especialmente em áreas com resistência indígena e condições adversárias. A nova tentativa em 1615, com a expulsão dos franceses que preparavam uma colônia na ilha de São Luís, marcou um momento crucial na conquista e na colonização.

Portanto, devido a quantidade de portugueses reduzida, estes usaram compulsoriamente a força de trabalho dos povos indígenas, a fim de suprir suas necessidades comerciais e de subsistência. Ademais, os povos Tenetehara foram obrigados a adaptar-se às práticas culturais impostas pelos colonizadores, pela sociedade nacional e toda a pressão do mundo moderno. Tendo que incorporar elementos culturais não familiares, sem envolver-se de modo que mantivessem a capacidade de manter suas tradições.

Os povos que falam línguas da família Tupi-Guarani [...], encontram-se dispersos numa enorme área da América do Sul, do norte da Argentina à Guiana Francesa, do litoral nordeste brasileiro ao alto do Solimões. Na época da invasão europeia eles controlavam quase todo o litoral brasileiro e a bacia do Paraguai, e sua população total andaria na casa dos 4 milhões (VIVEIROS DE CASTRO, 1986:82, *Apud* DINIZ, 1994, p.1).

Um dos povos indígenas mais populosos do Brasil é o povo Guajajara. Que habitam em mais de dez Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, todas localizadas no Maranhão. Sua história de mais de 380 anos de interação é marcada por aproximações com os brancos, bem como por submissões, revoltas e tragédias catastróficas. A revolta contra os missionários capuchinhos em 1901 foi a última "guerra contra os povos indígenas" que o Brasil havia visto na história. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2020).

Porém, a história dos povos indígenas é marcada por uma série de conflitos não apenas no período colonial e imperial, mas também no presente, e mesmo apesar de alguns direitos já conquistados, a luta dos povos originários é constante, com preconceitos e violações de direitos culturais e territoriais perpetuados. E, infelizmente, ao se pesquisar sobre povos indígenas deparamo-nos com narrativas

como esta citada acima, que possui o intuito de resumidamente defini-los a partir de preconceitos, silenciamento e uma compreensão rasa dos fatos históricos.

A palavra "Tenetehara", tem origem no tronco linguístico Tupi-guarani que significa "gente verdadeira" ou "indígenas em geral". É a autodenominação do povo Tembé que vive no município de Capitão Poço, TIARG (Terra Indígena Alto Rio Guamá), no estado do Pará, no continente amazônico americano do norte do Brasil. O povo Tembé está dividido em dois grupos: o grupo oriental, denominado Guajajara, e o grupo ocidental, denominado Tembé. Os dois grupos partilham a mesma língua e tradições culturais e consideram-se um só povo, conhecido como Tenetehara. A língua Tenetehara pertence à família linguística Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi. É a língua indígena mais falada no estado do Maranhão e no Nordeste, e uma das línguas mais faladas no país. (MORAES; PARKATEJÊ; OLIVEIRA, 2022).

Os Tenetehara estão em contato com brasileiros e portadores da cultura europeia, desde longo tempo. Os pioneiros dessas relações foram colonos portugueses de parco equipamento material e intelectual. Em sua ambientação ao meio geográfico assimilaram do índio a técnica de agricultura, os hábitos de alimentação e alguns instrumentos. Outras influências se fizeram sentir na linguagem, enriquecendo o português com falares indígenas, no folclore, na religião, onde aos elementos lusos ou ibéricos juntaram-se outros de origem Tenetehara. O caboclo do Pindaré na cor da pele, no tipo fisionômico, e no seu modo de vida, revela todo esse processo de fusão. O Tenetehara adotou instrumentos de ferro que substituíram com vantagem os antigos, de pedra ou madeira. Seus costumes, sua literatura oral, seu sistema religioso foram afetados pela convivência com o colono." (WAGLEY E GALVÃO, 1961, p.11).

Além dessas influências materiais e culturais, é importante destacar que a organização social dos Tenetehara também reflete um processo dinâmico de adaptação e resistência. Conforme apontam, Wagley e Galvão (1961):

A base de sua organização social é o grupo de família extensa, em que os parentes são classificados segundo o sistema nativo. Embora com menos frequência que antigamente, as cerimônias ainda são realizadas. Eles acreditam em sobrenaturais de sua própria conceituação do universo, e nos pajés que os controlam. Costumes e ideias importados foram modificados e adaptados aos seus padrões tradicionais. A cultura Tenetehara é ainda, distintamente, uma cultura indígena-americana. Ao adquirirem novos objetos e novas necessidades, modificaram algumas de suas instituições, valores e atitudes, que os diferenciam agora dos Tenetehara de algumas gerações atrás. Tais mudanças continuam a se processar em ritmo mais acelerado." (WAGLEY E GALVÃO, 1961, p. 30).

Por certo, os autores revelam uma visão detalhada da cultura Tenetehara, revelando a importância da família extensa como alicerce da estrutura social. A

categorização dos parentes de acordo com um sistema nativo representa uma maneira de compreender e estruturar as interações sociais, preservando uma forte ligação com a ancestralidade e os hábitos tradicionais.

Apesar de serem menos frequentes, as cerimônias ainda têm um papel crucial na preservação da identidade cultural, atuando como um local para reforçar valores e convicções. A fé em entidades sobrenaturais e o papel do pajé, que atua como intermediário entre o plano espiritual e a comunidade, são fundamentais na visão de mundo Tenetehara.

Afinal, as mudanças aceleradas nas instituições, valores e atitudes sugere um desafio contemporâneo enfrentado pelos Tenetehara. Essa dinâmica pode resultar em tensões entre o tradicional e o moderno, exigindo uma constante negociação de identidade. Assim, a cultura Tenetehara se revela como um exemplo de resistência e adaptação em um mundo em constante transformação.

Nesse sentido, a adaptação a costumes e ideias enfatiza como a cultura não é estática, mas plural e dinâmica, permitindo que os povos integrem novos elementos às suas culturas, sem perder suas raízes.

As aldeias Tenetehara estão geralmente localizadas em barrancos elevados e distam, em média, meio quilômetro do rio ou igarapé. Essa distância da fonte de água, como a elevação do terreno, são precauções necessárias contra as grandes inundações, comuns na estação chuvosa. Na aldeia as casas são enfileiradas em «ruas», confrontando um terreiro limpo de vegetação.” (WAGLEY E GALVÃO, 1961, p. 32).

Seguramente, esta localização das aldeias Tenetehara em barrancos elevados e a distância do rio demonstram uma adaptação inteligente às condições ambientais, especialmente considerando possíveis inundações durante a estação chuvosa. Essa escolha reflete o grande conhecimento do território e das suas dinâmicas, crucial para a sobrevivência da comunidade.

Os rituais do povo Tenetehara são feitos em alguns momentos como, quando adolescentes entram no período de puberdade, isso vale para ambos os sexos, homens e mulheres, momento de colheitas e de extração do mel. O ritual que marca a passagem do homem da adolescência para a fase adulta é chamado de "kwakwâmo pinykaw" festa dos rapazes, já das mulheres é chamada de "kuzâtâi pinykaw" ou "Zero'ohaw" a festa da menina moça ou moqueado. Essas duas festividades podem ter duração de até 24 horas, todas são à base de cânticos entoados através do maracá, instrumento que marca o tempo musical, as músicas falam de pássaros como, arara, papagaio, uirapuru etc.” (GUAJAJARA, 2022, p. 37-38).

De acordo com Nascimento (2023), quanto à cidade de Grajaú, durante o século XIX e parte do século XX a região tornou-se uma importante estação comercial, ligando São Luís ao Alto Sertão do Maranhão. O rio Grajaú foi o principal canal de escoamento e o sal foi o principal produto comercializado. Graças a estes elementos, a cidade conserva traços historiográficos que nos permitem criar uma interpretação visual da sua função dialética como lugar onde acontecimentos passados se conectam com o presente e o futuro.

A cidade se constituiu nos séculos XIX e até mais da metade do século XX, em um período de longa duração, onde o processo histórico de desenvolvimento e transformação da região e a memória da construção da cidade está totalmente ligada ao rio Grajaú, inicialmente descoberto pelos franceses em 1612 e mais tarde explorado pelos portugueses, o rio foi o principal meio de navegação e transporte que ligava diferentes localidades e culturas, unindo pessoas, mercadorias e sonhos. No entanto, com a construção da rodovia Belém-Brasília, o rio perde parte de sua relevância como via de comunicação e transporte, refletindo transformações nas dinâmicas econômicas e sociais da região. (PACHÊCO FILHO, 2011, p. 18).

Atualmente, Grajaú é vista economicamente como grande espaço comercial para empreendimentos, suas terras têm sido cada vez mais utilizadas para a expansão das fábricas gesseiras e fonte de renda para o agronegócio, especialmente para empresas vindas de outras regiões que veem a cidade com olhar de lucratividade. Dessa forma, a economia local evidentemente contribui para o crescimento territorial e econômico da cidade, mas também gera desigualdades visíveis no espaço urbano. É notável as diferenças nas condições de vida e de desenvolvimento entre diferentes bairros e áreas da cidade.

A priori, no que se refere aos elementos patrimoniais, culturais e históricos, tanto materiais como intangíveis que podem fornecer preciosas informações sobre o processo de formação da cidade, são lembrados, mas não são devidamente reconhecidos e protegidos. Todavia, esta tem sido uma preocupação de pesquisadores e pesquisadoras universitários e docentes da Universidade Federal do Maranhão, polo de Grajaú, o que tem contribuído para despertar o olhar dos estudantes para a cultura grajauense e que tem suscitado uma visão crítica sobre o cuidado com a memória e história deste lugar, não apenas no sentido de enaltecê-la, mas sobretudo tem sido objeto de reflexão e questionamento sobre os fragmentos até hoje contados.

A investigação teórico-histórica [...] embasa o entendimento da arquitetura como expressão cultural. E, como tal, em sua materialização, recolhe diferentes significados conferidos ao longo de sua existência. Nesse sentido, é que se dá o entendimento da arquitetura quando ela, por sua historicidade e significação identitária, faz-se patrimônio. (LIMA, 2018, p.51).

A partir disso, estudar a arquitetura através de uma perspectiva teórica e histórica ajuda a entendê-la como uma forma de expressão cultural. Ao ser construída, a arquitetura carrega diferentes significados que são atribuídos a ela ao longo do tempo. Por isso, quando uma construção adquire importância histórica e simbólica para a identidade de um grupo, ela passa a ser considerada patrimônio.

Nesse sentido, como argumenta Nascimento e Rocha (2023):

Os Bairros Cidade Alta e Trizidela, apresentam-se em destaque, já que suas paisagens representadas por vielas, igrejas, casas, monumentos, dentre outros elementos, servem como um livro aberto que nos permite ler a construção socioespacial, demonstrando, assim, lógicas que expressam as funcionalidades, os processos e as intencionalidades contidas no espaço-tempo. Importante reiterar que esses aspectos fazem parte de uma totalidade, onde está presente não somente o visível, mas, também o invisível, representado, principalmente, pela memória dos mais velhos, que corrobora para a construção de sentidos e de ações (NASCIMENTO e ROCHA, 2023).

Certamente as lógicas do passado ainda estão presentes no cotidiano de bairros como Cidade Alta e Trizidela. Eles mantêm uma estrutura tradicional, onde a vida segue em um ritmo mais calmo, diferente das áreas mais aceleradas da cidade. Esse contraste nos permite compreender os processos de transformação e preservação que tornam esses bairros únicos.

Nesse sentido, Scarlatto e Costa (2013), afirmam:

A monumentalidade das cidades históricas define o sentido da existência social do Lugar; conhecimentos, costumes, relações socioespaciais, desejos, medos, ansiedade e tudo que envolve a relação entre o sujeito e o mundo material ao seu redor. Esses elementos ficam registrados no que chamamos de patrimônio urbano, que inclui tanto os aspectos materiais quanto os espirituais da cidade. (SCARLATTO e COSTA, 2013, p. 372).

Nesta perspectiva, de acordo com Nascimento e Rocha (2023), os bairros de Grajaú guardam traços que o configuram como patrimônio histórico. A autora evidencia os bairros como Cidade Alta/Centro e Trizidela com monumentos e características patrimoniais. Considerando como patrimônio casas, casarões, igrejas e a ponte de madeira sobre o rio Grajaú, que liga o Bairro Trizidela ao centro da cidade,

a ponte se tornou símbolo da cultura da cidade, por atrair diferentes pessoas para apreciar a vista do rio Grajaú.

A partir da análise de Nascimento e Rocha (2023), é possível perceber a valorização do patrimônio histórico, e da ponte de madeira, em particular, que possui um forte apelo simbólico e afetivo, representando não apenas a conexão física entre bairros, mas também uma ponte entre o passado e o presente da cidade.

A preservação desse patrimônio é essencial para fortalecer o senso de pertencimento da comunidade, fomentar o turismo cultural e garantir que futuras gerações possam desfrutar desses elementos únicos. No entanto, isso exige ações concretas, como políticas públicas de preservação, incentivos para manutenção de estruturas históricas e a criação de projetos educativos e culturais que promovam o conhecimento e o respeito por esses espaços. Sem esses esforços, corre-se o risco de degradação ou perda irreparável de um patrimônio que é tanto histórico quanto emocional para a população de Grajaú destacando a relevância dos seus bairros, monumentos e paisagens enquanto elementos simbólicos e significativos para a identidade local.

4. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM GRAJAÚ

A memória é um instrumento de cidadania, de proteção dos bens materiais e imateriais que através destes é capaz de promover construção de identidade, autoconhecimento por meio da ancestralidade e das identificações presentes nas representações culturais de forma simbólica. No entanto, o Brasil enfrenta alguns problemas relacionados a políticas de preservação como a falta de cumprimento das leis de preservação e conservação dos bens materiais e imateriais.

No presente trabalho, busca-se compreender quais objetos, arquiteturas, personagens, acervos históricos, artísticos etc, são considerados patrimônio da cidade de Grajaú, sendo as seguintes categorias citadas pelos representantes da secretaria de cultura do município, como serão fielmente descritas a seguir:

Patrimônio artístico: Foram citados pintores, artistas plásticos, mestre de cultura popular, musicistas e ceramistas. Assim como cantores evangélicos, católicos e outros ritmos que trabalham de forma independente.

Acervo Paisagístico: Nas quais foram citadas quatro cachoeiras, olho d' água e rio Grajaú (canecão).

Patrimônio Material: Foram citadas casas de antigos prefeitos da cidade, as igrejas católicas e evangélicas, objetos litúrgicos da igreja católica, assim como lugares e pontos da cidade, acervo arquitetônico da igreja Nosso Senhor do Bonfim (Catedral).

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como finalidade mapear e analisar os diferentes tipos de patrimônios culturais de Grajaú, considerando suas expressões materiais e imateriais. A organização dos dados segue uma categorização abrangente, dividindo os patrimônios em materiais (como edificações históricas e acervos arquitetônicos), imateriais (tradições, festividades e expressões artísticas), além de elementos naturais de relevância paisagística.

Desse modo, é possível notar que as maiores referências culturais para a secretaria de cultura da cidade, de acordo com seus relatos na entrevista, são antigos prefeitos e os representantes da música católica e evangélica.

A constituição Federal por meio do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL,1988).

Logo, esta lei institui o tombamento como instrumento de preservação que visa proteger bens de valor histórico, artístico e cultural, assim como a proteção às diversas categorias de patrimônio existentes. Destarte, a lei de tombamento permite que as edificações, monumentos, paisagens naturais e outros elementos possuam importância e o olhar de cuidado da população, assim como impede a destruição e/ou descaracterização dos bens culturais. Além disso, permite uma atuação mais presente do governo e da comunidade na fiscalização e valorização do patrimônio.

Neste seguimento, o plano diretor do município de Grajaú, sob a lei municipal Nº 075/2008 como ferramenta normativa e orientadora dos planos de desenvolvimento em processos de mudança e estímulo ao aperfeiçoamento em suas dimensões políticas, sociais, ambientais e econômicas, a partir do capítulo II nos artigos 8º e 9º, fixam objetivos políticos, sociais, econômicos, físico ambientais e administrativos que orientam o desenvolvimento do município como dispostos a seguir:

Art. 8º Constituem objetivos sociais:

I - A preservação do patrimônio público e do patrimônio indígena;

V - A realização de eventos religiosos, indígenas, literários, culinários, esportivos, culturais e de tradições regionais com agendas periódicas que valorizem a atuação e a produção cultural dos cidadãos;

XV – A promoção do desenvolvimento do turismo local;

Art. 9º Constituem objetivos físico-territoriais e ambientais:

I – A proteção das áreas naturais, fauna e flora do Suçupara e alto do coco com suas nascentes, dos quais são afluentes dos rios Grajaú e Mearim.

II – A preservação e valorização cênica dos espaços urbanos do centro, da cidade alta e os edifícios considerados patrimônio histórico-cultural, bem como as edificações ou mobiliário urbano, consagrados pela população como referências urbanas e culturais; (Grajaú, 2008).

No entanto, no que se refere ao patrimônio, Grajaú não possui a lei de tombamento de bens materiais e imateriais. Assim como também foi possível perceber através das entrevistas realizadas, da pesquisa documental, bibliográfica e etnográfica, sobre a história e memória da cidade, que não há uma listagem dos bens. Durante o diálogo com os entrevistados, pude notar dúvida na hora de expressar o que a secretaria considera como patrimônio. (quando me refiro à secretaria, falo das pessoas que são consideradas legalmente representantes e atuantes na disseminação da cultura na cidade).

Nesse sentido, trago o quadro para demonstração do contexto cultural de Grajaú - MA, grupos, lugares e personagens inseridos/ considerados como importantes no meio cultural da cidade, sob a perspectiva dos membros da secretaria de cultura.

Quadro 1 – Patrimônio Cultural de Grajaú-MA, bens materiais, imateriais, paisagísticos e artísticos.

TIPOS DE PATRIMÔNIOS	LISTA DE BENS
Bens materiais	▪ Casa de Leão Rodrigues de Miranda Ieda ▪ Casa de Livino de Sousa Resende ▪ O acervo arquitetônico da diocese de Grajaú ▪ Paróquia Nosso Senhor do Bonfim ▪ Assembleia de Deus ▪ A igreja cristã evangélica ▪ igreja Bom Jesus da Iapa ▪ Casa de Raimundo Lima de Jesus de Mangaba ▪ Casa do senhor Justo Carvalho

	▪ Casa do Zeca Lopes ▪ Objetos litúrgicos bastante antigos da igreja católica ▪ Ponte de madeira ▪ Cine teatro ▪ Velho mercado público (atualmente biblioteca pública municipal) ▪ Hospital São Francisco de Assis ▪ Farmácia Lopes ▪ Casa Leão Leda; ▪ Catedral e entorno da praça (cúria, seminário diocesano) ▪ Colégio diocesano santo Antônio ▪ Prefeitura/grota da luz ▪ Clube recreativo grajauense ▪ Campo Society ▪ Praça da república ▪ Praça Zeca Lopes ▪ Escola Reunida (antiga Gonçalves Dias) ▪ Praça São Geraldo ▪ Mercado antigo (não funciona atualmente) ▪ Casa Raimundo Simas ▪ Casa de José Rodrigues da Costa ▪ Capela da fazendinha ▪ Escola Marly Araújo ▪ Residência do Ornilo Jorge ▪ Residência Pedro Lima ▪ Residência Neci Falcão
Bens Imateriais	▪ O bolo de arroz Grajauense ▪ Pescaria de quilambi ▪ Festa do moqueado- Tenetehara Guajajara ▪ Banda Maestro Torquato Lima
Acervos Paisagísticos	▪ Cachoeira do Morcego ▪ Cachoeira do Viriato ▪ Cachoeira do Pesqueiro ▪ Complexos de Cachoeira do riacho Sussuapara ▪ Complexo do olho d'água ▪ Rio Grajaú (Canecão)
Patrimônio Artístico	▪ Elias Biô- Pintor ▪ Claudete Clouver Atenas- Artes plásticas ▪ Pastor Joacir- Pintor ▪ João da Cruz Atenas- Mestre de cultura popular e pintor ▪ Benedito Caxiense

	▪Paulo Capoeira- Talhador e Musicista ▪Itamar Dantas- Artes Plásticas ▪Natália Magalhães- Ceramista
	Música ▪Adelaide Ferreira Lima ▪Alan Pacheco ▪Benedito Caxiense ▪Pedro Magalhães de Araújo ▪Bebé (1º disco de Vinil gravado por um grajauense) ▪Idelfonso Júnior ▪ Nilson

Quadro elaborado pela autora. Fonte: (SILVA, 2022)

Sendo assim, foi possível compreender que o plano diretor da cidade possui leis que direcionam o cuidado e uma certa valorização ao patrimônio, no entanto, nem sempre essas leis são colocadas em prática. Especialmente quando se trata do cuidado aos monumentos e a cultura indígena na cidade que é o objeto desta pesquisa e é fortemente presente no local, no entanto, pouco conhecida e valorizada pela população. Ademais, observa-se que não há um critério de escolha do patrimônio, assim como também nota-se que não havia preocupação em mapear os bens da cidade, percebe-se ainda que não há participação da população na escolha dos patrimônios. Talvez porque os governantes não insiram as pessoas neste processo de escolha, ou a falha pode estar no desenvolvimento educacional que priva as pessoas de conhecer e compreender o significado e a importância do patrimônio para a identidade cultural de um povo.

Além disso, o plano diretor de Grajaú em seu capítulo VI, trata especificamente da política de desenvolvimento social e cultural, assim como descritos a seguir:

Art. 86 - A política de desenvolvimento social e cultural visa a valorização dos costumes e da cultura locais, a melhoria dos indicadores humanos locais e o bem estar geral da população.

Art. 87 - Fica criado o Programa de Valorização do Patrimônio Social e Cultural do Município, a ser regulamentado mediante norma específica.

Art. 88 - São objetivos do Programa de Valorização Social e Cultural do Município:

II - A conservação, promoção e qualificação dos bens tangíveis, naturais ou construídos, assim como dos bens intangíveis existentes em seu território, cuja proteção e preservação sejam de interesse público, além dos bens arqueológicos, artísticos, etnográficos, paisagísticos, ambientais e patrimônios indígenas.

VII – Criação de espaços adequados à prática e desenvolvimento das expressões culturais locais, centros culturais e de eventos fechados e abertos, além de feiras e eventos para demonstração e comercialização de produtos locais;

VIII– Elaboração de normas municipais de proteção aos bens culturais, ambientais e patrimoniais indígenas;

IX – Mapeamento e inventário dos bens culturais, ambientais e patrimoniais indígenas. (Grajaú, 2008).

Embora as leis estabeleçam diretrizes para a valorização do patrimônio do município, há uma contradição significativa entre o que está previsto no plano diretor e a realidade da preservação do patrimônio cultural da cidade.

O governador Carlos Brandão sancionou a lei 11.960/23, que reconhece a Festa da Menina-Moça como patrimônio cultural e imaterial do Maranhão. Esta lei tem origem no Projeto de lei 052/2023, de autoria do deputado estadual Ricardo Arruda (MDB). O governador por meio das suas atribuições legais informa a que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Eleva a “Festa do Moqueado ou Festa da Menina Moça” à condição de Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Maranhão.

Art. 2º Na forma do que dispõe o art. 228 da Constituição do Estado do Maranhão, o Poder Público promoverá e executará as medidas necessárias visando o cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(MARANHÃO,2023).

A elevação da “Festa da Menina-Moça” à condição de patrimônio cultural e imaterial do Maranhão representa um avanço no reconhecimento das tradições indígenas e de sua relevância histórica para o estado. No entanto, esse tipo de reconhecimento muitas vezes se restringe ao campo simbólico, sem que haja uma real integração da cultura indígena no cotidiano urbano. A cidade, como espaço de modernidade e de hegemonia cultural ocidental, tende a invisibilizar as práticas e os saberes indígenas, limitando-os a eventos pontuais ou a espaços periféricos. Assim, embora a lei conceda status de patrimônio imaterial a essa tradição, a presença indígena no dia a dia das cidades continua marginalizada, muitas vezes limitada ao folclore e distante de sua realidade sociopolítica.

Por isso, a ausência da implementação prática das diretrizes do plano diretor de Grajaú, especificamente no que tange à política de desenvolvimento social e cultural, representa uma grande lacuna entre o planejamento teórico e a realidade vivida pela população. Embora os artigos 86, 87 e 88 tragam objetivos claros e alinhados às necessidades locais, a falta de execução compromete não apenas o potencial de valorização cultural, mas também o desenvolvimento humano e econômico do município. Sem ações concretas, as promessas contidas no plano diretor tornam-se discursos vazios, e a comunidade permanece desamparada no que se refere à valorização e preservação de sua identidade cultural.

Logo a não implementação do inciso II do Art. 88, que trata da proteção de bens tangíveis e intangíveis, é especialmente preocupante. Isso expõe o patrimônio cultural do município a riscos de degradação ou perda irreparável, privando as futuras gerações de uma herança cultural rica e diversificada. O descaso em relação à proteção de patrimônios arqueológicos, artísticos e indígenas não apenas fragiliza a memória coletiva do município, mas também impede que essas riquezas sejam usadas como ferramentas de educação, turismo e fortalecimento comunitário.

Essa situação revela a necessidade urgente de maior comprometimento do poder público, seja por meio de regulamentações claras, investimento de recursos financeiros e fortalecimento da participação popular no planejamento e execução das políticas culturais. Pois, somente com ações concretas será possível transformar o plano diretor em um instrumento real de progresso, capaz de preservar o passado e fortalecer identidades da comunidade de Grajaú.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, esta pesquisa destaca o papel transformador da memória coletiva na construção da identidade de um povo, conforme abordado por Halbwachs (1990) e Pierre Nora (1984). Embora os lugares de memória estejam presentes na cidade, eles necessitam de maior reconhecimento, proteção e valorização tanto do poder público quanto por parte da comunidade.

Nesse sentido, foi possível compreender que, apesar de a cidade possuir leis e diretrizes estabelecidas pelo plano diretor municipal para a valorização do patrimônio, a falta de implementação dessas medidas geram espaços significativos na preservação desses bens e consequentemente na construção da identidade cultural da comunidade grajauense. Além disso, foi possível notar também que não há critérios seguidos para a definição do que é considerado patrimônio. Observa-se que há uma grande carência de acervos, arquivos e registros da memória da cidade, além da falta de políticas públicas referentes à conservação e valorização desse Patrimônio.

É perceptível que apesar da forte presença indígena no município, a cultura dos povos originários não é inserida e percebida no cotidiano, tampouco em sua infraestrutura ou espaços urbanos. Essa invisibilidade reflete a exclusão que vem de um processo histórico de silenciamento e marginalização que remonta à colonização. Portanto, é essencial repensar as políticas públicas e as práticas culturais para garantir a visibilidade e a valorização dos povos indígenas nos espaços e contextos da cidade.

Assim como a ausência de políticas efetivas de tombamento e inventário, não há participação da comunidade no processo de definição e escolha do que é considerado patrimônio, o que reflete uma desconexão entre o planejamento e a prática, além de fragilizar a memória cultural e coletiva do município, apresentando riscos de degradação que é o que se pode perceber na cidade, privando as gerações atuais e futuras de seu legado cultural e simbólico.

Em síntese, os objetivos desta pesquisa foram alcançados, permitindo uma análise aprofundada sobre os bens materiais e imateriais que a Secretaria de Cultura

reconhece como patrimônio cultural, bem como entender quais as ações do poder público e se estão alinhadas ao plano diretor. Além disso, identificou-se uma limitada valorização da cultura popular nas práticas implementadas. Ao mencionar os bens culturais de Grajaú, foram destacados, sobretudo, figuras públicas associadas ao poder político ou religioso, evidenciando uma visão restritiva do patrimônio.

Nesse contexto, constatou-se que a efetivação das leis existentes poderia incentivar um maior engajamento da comunidade nos processos de preservação e valorização cultural. Pois apenas por meio de ações concretas será possível transformar o patrimônio cultural de Grajaú em um elemento capaz de fortalecer e preservar a identidade e a memória cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **[CONSTITUIÇÃO (1998)]** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev, 2024.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**. 2014, v. 48, n. 5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan, 2023.

CASTRO, Bernadete Aparecida de; MAGALHÃES, Beatriz. Lugares de memória - narrativas, itinerário e patrimônio cultural. **PatryTer**. v. 3, n. 6, p. 121–134, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26234>. Acesso em: 23 de jan, 2023.

COUTINHO, Márcio Augusto Vasconcelos. Grajaú: um estudo de sua história. São Luís: **Edigraf**, 2006.

DOS SANTOS, Larissa Conceição; FERNANDES, Fabio Frá. Desafios à preservação da memória cultural no Brasil: um estudo no município de São Borja/RS. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/8566/6418>. Acesso em: 16 de fev, 2023.

DINIZ, Edson Soares. Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional : Flexibilidade cultural e persistência étnica. Belém. **Ed. Universitária UFPA**. 1994. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Adiniz-1994-tenetehara/Diniz_1994_TeneteharaGuajajara.pdf. Acesso em: 24 de mar, 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA; Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. **Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica**. Porto alegre: Ed, UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de fev, 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**. v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/>. Acesso em: 25 de mar, 2023.

GRAJAÚ, Lei Nº 075/2008. Plano diretor do município de Grajaú do estado do maranhão. Disponível em: <https://www.grajau.ma.gov.br/upload/leis/17881.pdf>. Acesso em: 27 de mar, 2023.

GUAJAJARA, Taywan Morais Clemente. Povo Tenetehara e o processo de aculturação. Monografia. **UFMA**. Licenciatura em Ciências Humanas- Geografia. Grajaú, 2022. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/6210>. Acesso em: 27 de mar, 2023.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffter. **Vértice/Revista dos tribunais**. São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 06 abr, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/grajau.html>. Acesso em: 03 de Jun, 2023.

JUSBRASIL. Artigo 215 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10648364/artigo-215-da-constituicao-federal-de-1988?msocid=0836fc84f3ee6da410b4e99ef2976c50>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

JUSBRASIL. Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988?msocid=0836fc84f3ee6da410b4e99ef2976c50>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

LIMA, VERA LÚCIA VIEIRA. **Cultura arquitetônica e patrimônio urbano: a contribuição do imigrante germânico em Santa Leopoldina/ES**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado). Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_12143_Vera%20Lima%20-%20volume%20final.pdf. Acesso em: 05 de ago, 2024.

LUZ, Venice Andrade da. Produção do espaço e território segregado: as contradições no bairro Extrema no município de Grajaú, Maranhão. **UFMA**, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1585/1/VeniceLuz.pdf>. Acesso em: 01 de mai, 2024.

MARANHÃO, **Lei Nº 11.960**, de 6 de junho de 2023. Disponível em: https://arquivos.al.ma.leg.br:8443/ged/legislacao/LEI_11960.pdf. Acesso em: 21 de dez, 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33, 1984. Disponível em: <https://biblio.fflch.usp.br/pedidos/8613>. Acesso em: 2 de maio, 2023.

MENDES, António Rosa. O que é património cultural. **Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Gambelas**, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/miran/Downloads/content%20(1).pdf. Acesso em: 2, maio, 2023.

MORAES JUNIOR, Henrique de; PARKATEJÊ, Kôkôixumti Tembê Jathiati. O Povo Tembê Tenetehara: história de resistência, (re)existência, luta e poder na Amazônia Paraense. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 67, p. 177-193, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v31n67/2358-0194-faeeba-31-67-177.pdf>. Acesso em: 10 de maio, 2023.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. Trad. de Laura Masello. **Ed. Trilce**. Disponível em: https://horomicos.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/07/nora_lugares_memoria.pdf. Acesso em: 10 de maio, 2023.

NASCIMENTO, Andressa; ROCHA, Rosemary Gomes. Entre imagens e memória: Por um resgate do patrimônio material e imaterial nos bairros Cidade Alta e Trizidela, na cidade de Grajaú/Ma. (Relatório, [S.L.]) 2023.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú. Tese (Doutorado em História) -**Universidade Federal Fluminense**, Niterói, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16658>. Acesso em: 12 de fev, 2024.

PATRIMÔNIO IMATERIAL. Portal iphan.2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>. Acesso em: 10 de abr, 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Rev. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v 2, n. 3, 1989. Disponível: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 de mar, 2024.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Guajajara**. 2020. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>. Acesso em: 28 Ago. 2024.

SAPIR, Edward. Cultura: autêntica e espúria. **Rev. Sociologia e Antropologia**., Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 35-60, dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000400035&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 01 maio 2021.

SCARLATO, Francisco Capuano e COSTA, Everaldo Batista da. **Rev. Geografia e patrimônio urbano: questão metodológica**. v. 16, n. 2, p. 369-387, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39965/31083>. Acesso em: 06 nov, 2024.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade, cultura e educação. **Cad. Pesqui**. São Paulo, n. 63, p. 46-50, 1987. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741987000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jan. 2025.